

"Credor quer superávit elevado"

por Cecília Costa
do Rio

"Os banqueiros internacionais estão dando pouca importância se o governo brasileiro vai fazer ou não um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O que eles querem é que o Brasil apresente elevados superávits comerciais e pague alguma parcela dos juros", afirmou textualmente, ontem, o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, ao fazer uma palestra na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, promovida pela Associação Brasileira de Analistas do Mercado de Capitais (Abamec).

De acordo com Simonsen, o difícil será refinanciar 100% dos juros, "já que os bancos credores querem algum dinheiro de volta, se possível ainda neste ano". Refinanciar grande parte desses encargos, no entanto, "não apenas é factível, como se trata de uma realidade, já que o Brasil não tem mesmo recursos disponíveis para honrar todo o serviço da dívida".

Para realizar esse refinanciamento, afirmou, os bancos estão dispostos a analisar o "menu" de opções que será apresentado pelos negociadores brasileiros, que abrange capitalização dos juros, novos empréstimos, conversão de dívida em capital de risco e os "exit bonus", ou seja, "a emissão de bônus que permita aos pequenos bancos credores se livrarem da dívida brasileira".



Mário Henrique
Simonsen

para rejeitar o FMI, já que essa instituição se tornou mais flexível ou "leniente", tendo aprendido, nos últimos anos, que não adianta solicitar o impossível, pois essa exigência só resulta numa multiplicação de cartas de intenção.

"Enfrentar o FMI, eu diria, é o mesmo que fazer um vestibular de múltipla escolha de matemática. Passa quem sabe, mas quem não sabe também passa. Para isso basta apresentar um programa econômico com coerência", disse Simonsen.

Um acordo com os bancos, disse ainda Simonsen, deverá gerar a necessidade de intermediação de um árbitro internacional, seja o FMI, seja o Banco Mundial, capaz de auxiliar no cálculo da parcela de juros que terá de ser rolada.

Quanto à hipótese de fechar um acordo com o FMI, que represente a liberação de mais dinheiro por parte dessa instituição e a volta do monitoramento da economia, do ponto de vista do ex-ministro, não é um problema dos bancos credores, mas, sim, do governo brasileiro.

"Se o Brasil, por exemplo, quiser ser beneficiado pelos recursos que o Japão colocará à disposição dos países endividados, terá que entrar em entendimento formal com o Fundo, pois essa será uma exigência do governo japonês", afirmou.

Destacou, por outro lado, que não existem no momento razões